

The Grounded Theory para a análise do *Data Activism* pelo recorte racial em discussões públicas sobre a violência de gênero¹

Agnes Sofia Guimarães Cruz²
Prof^ª Dra. Caroline Kraus Luvizotto³

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, SP

RESUMO

Recentemente, estudos sobre a violência de gênero realizados por representantes distintos da sociedade civil brasileira buscam divulgar indicadores públicos como uma estratégia de visibilidade às especificidades de opressão vivenciadas por mulheres negras, muitas vezes ignoradas pela Imprensa. A essa estratégia encontramos a definição de *Data Activism*. O presente estudo propõe o estabelecimento de categorias de análise para a investigação do uso de dados como estratégia de legitimidade, no caso para a inserção de uma perspectiva racial a respeito da violência de gênero na população brasileira, diretamente em confronto com a objetividade das categorias de noticiabilidade. O estudo propõe uma análise a partir da construção de conceitos teóricos que emergem a partir dos dados, baseada na Teoria Fundamentada (*The Grounded Theory*).

PALAVRAS-CHAVE: mulheres negras; violência de gênero; *data activism*; *The Grounded Theory*; comunicação.

¹ Trabalho apresentado no **GP Comunicação para a Cidadania**, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov e do Grupo de Estudos Aplicados de Jornalismo Ambiental - GEAJA. Email: aguimaraescruz@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É professora na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação FAAC/UNESP, Câmpus de Bauru e membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC/UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais - ComMov. Email: caroline@faac.unesp.br

INTRODUÇÃO

Como de praxe em todos os anos, a maior emissora televisiva do Brasil, a Rede Globo, anunciou no final de janeiro de 2017 a sua nova Mulata Globeleza, espécie de musa para a divulgação do Carnaval brasileiro em vinhetas exibidas durante os intervalos da programação diária do canal. Dessa vez, os brasileiros foram surpreendidos por uma escolha que representou uma espécie de ruptura com o padrão seguido nas edições anteriores: a passista aparece vestida, acompanhada por personagens que representam manifestações culturais de diversas partes do país (frevo, samba, entre outros). Antes da nova edição, a Mulata Globeleza dançava praticamente nua, com o corpo colorido e com apenas as regiões íntimas cobertas por peças pequenas. Em outras palavras, era a maior representação midiática do clássico estereótipo da mulher negra sexual e cuja identidade estava diretamente atrelada ao seu corpo, em detrimento de qualquer outra forma de subjetivação. A mudança da Mulata Globeleza pode ser (e de fato foi analisada, por muitos veículos especializados) como uma resposta da emissora Globo a uma série de ações contrárias à caracterização da personagem, ocorridas no ano anterior. Começamos por um manifesto, definição usada pela arquiteta e escritora Stephanie Ribeiro e a filósofa Djamila Ribeiro para classificarem seu texto publicado em fevereiro de 2016, na Folha de São Paulo, na coluna editorial do escritor João Paulo Cuenca, sob a hashtag #AgoraÉQueSãoElas, idealizada para a promoção de textos escritos por mulheres, e publicados em espaços de sites e jornais inicialmente reservados a autores homens. O texto também foi republicado pelo site AzMinas⁴, revista eletrônica dedicada a publicações realizadas por mulheres, o que aumentou sua propagação nas redes sociais e instigou ainda mais o debate em outros circuitos midiáticos, como na própria Imprensa.

Intitulado “Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza”, o texto situava o lugar histórico da exposição realizada pela vinheta televisiva sobre o corpo da mulher negra, ao compará-la às dinâmicas coloniais entre senhores de engenho e mulheres escravizadas, vítimas de abuso sexual e que geraram os filhos intitulados de “mulatos”, expressão pejorativa, de origem espanhola, que significa “filho de mula”. A personagem

⁴ “Nós mulatas queremos o fim da Globeleza”. Disponível em: <http://azmina.com.br/colunas/nao-queremos-mais-protagonizar-o-imaginario-de-quem-busca-turismo-sexual/>. Acessado em 10 de dezembro de 2017

da rede Globo, portanto, carrega um nome que já é uma alusão direta a uma violência histórica, e que diante de um novo contexto, acaba por marcá-la a uma nova forma de exploração sexual no imaginário coletivo, uma vez que ela está ligada a um acontecimento social que faz parte do calendário de todos os brasileiros, quer sejam adeptos ao Carnaval ou não.

Desde o período colonial, mulheres negras são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente sensuais, sedutoras de homens. Essas classificações, vistas a partir do olhar do colonizador, romantizam o fato de que essas mulheres estavam na condição de escravas e, portanto, eram estupradas e violentadas, ou seja, sua vontade não existia perante seus “senhores”. (RIBEIRO, RIBEIRO, 2016)

Além da proposta de encontrar o lugar histórico da figura da “mulata”, as autoras também fazem um paralelo entre o lugar da mulher negra na vinheta carnavalesca e a sua marginalização na realidade posterior à época da folia. Se o corpo, em seu auge, ocasiona um apagamento da subjetivação da mulher da qual pertence, uma vez envelhecido é o que leva a identidade da mulher negra a ser a representação máxima da forma como a sociedade lida com o envelhecimento: abandonando-o. Mulheres negras, que outrora foram sex symbol, como a própria primeira Mulata Globeleza (Vanessa Valéria) e a atriz Zezé Motta (famosa pelo seu papel no filme Xica da Silva, de 1976), são relegadas ao ostracismo. Há também o questionamento sobre a ausência da mulher negra em outros espaços que não aqueles construídos ao redor da sexualização do seu próprio corpo:

Atualmente vemos um canal influente como a Rede Globo que, por quase 30 anos, expõe mulheres negras nuas a qualquer hora do dia ou da noite no período de Carnaval, negando-se a nos representar para além desse lugar de exploração dos nossos corpos no resto de todo o ano. Quantas mulheres negras vemos como atrizes, apresentadoras, repórteres nas grades das grandes emissoras? (RIBEIRO, RIBEIRO, 2017)

Poucas semanas depois da publicação do manifesto, o site britânico The Guardian publicou um documentário sobre Naiara Justino⁵ (história também contada pelo texto das ativistas), mulher negra e de pele escura que ganhou o concurso promovido pela Globo para a escolha da próxima Mulata Globeleza, dessa vez selecionada por um conjunto de votos populares e votos de um júri composto por especialistas no tema, em

⁵ The Brazilian carnival queen deemed 'too black' – vídeo”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/video/2016/feb/09/brazilian-carnival-queen-too-black-nayara-justino-video>. Acessado em 23 de outubro de 2017.

etapas exibidas por um programa da emissora. Naiara foi vítima de racismo nas redes sociais, por um público insatisfeito com o fato de sua pele estar longe da cor clara das “mulatas” anteriores. Acabou sendo trocada por outra Globeleza, que atendia ao padrão até então seguido. O episódio levou a modelo à depressão e à perda de muitos trabalhos, o que leva o documentário a discutir, de forma contundente, questões como colorismo (problemas enfrentados por pessoas de pele negra mais escura de uma forma mais acentuada do que negros mais claros) e os impactos do racismo na saúde mental de suas vítimas. Vale ressaltar que estamos mencionando um produto feito por um veículo da Imprensa, em contraposição a um texto publicado por duas ativistas (interpretadas como pertencentes a uma mídia não-hegemônica, ou a um grupo que realiza um trabalho de crítica de mídia, não se considerando, portanto, pertencente a ela). No entanto, os dois trabalhos convergem para o mesmo sentido, a crítica à forma como a Imprensa perpetua estereótipos racistas.

E por fim, no mesmo período, um vídeo, produzido pela revista independente e online AzMinas, “viralizou⁶” (expressão usada para conteúdos replicados rapidamente na internet, alvos de grande popularidade) em que mulheres americanas reagem de forma negativa a cenas de edições anteriores da Globeleza, questionando por que homens não são expostos da mesma forma ou por que apenas mulheres negras o são. Foi consenso entre as entrevistadas de que a mulher apresentada está apagada, o corpo sexualizado sendo uma animalização de sua subjetividade.

Nos três episódios, em especial no caso do texto publicado por Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro, pode-se tirar vários caminhos para uma análise heurística do papel atribuído à mulher negra, mas todos convergem para a interpretação de Hall sobre o significado de representação (1997) e seu papel para o uso de um circuito, processo que legitima significados políticos para performances sociais, atribuindo às mesmas a forma pelas quais a sociedade atribui significados ao que elas representam realmente:

It is by our use of things, and what we say, think and feel about them -how we represent them- that we give them a meaning. In part, we give objects, people and events meaning by the frameworks of interpretation which we bring to them. In part, we give things meaning by how we use them, or integrate them into our everyday practices.
(HALL, 1997, p XIX)

⁶ “O que as mulheres de outros países achariam da Globeleza”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/video/2016/feb/09/brazilian-carnival-queen-too-black-nayara-justino-video> . Acessado em 23 de outubro de 2017.

Ao ter a sua figura como um símbolo histórico único e exclusivo de fonte de satisfação sexual, a presença da mulher negra em outros espaços, como na universidade ou até mesmo à frente nas bancadas televisivas (mencionado no manifesto das autoras como exemplos de ascensão social, ou legitimidade social, uma vez que envolvem posições em que há o reconhecimento intelectual dos envolvidos), ainda causa estranhamento e até mesmo repúdio. A mulher negra faz parto do “Outro” racializado, mas destituído de racialidade, ou, como explica Hall, “cultura”, ao identificar o binômio entre negro e branco.

There is the powerful opposition between ‘civilization’ (white) and ‘savagery’ (black). There is the opposition between the biological or bodily characteristics of the ‘black’ and ‘white’ race, polarized into their extreme opposites – each the signifiers of an absolute difference between human ‘types’ or species. There are the rich distinctions which cluster around the supposed link, on the one hand, between the white ‘races’ and intellectual development – refinement, learning and knowledge, a belief in reason, the presence of developed institutions, formal government and law, and a ‘civilized restraint’ in their emotional, sexual and civil life, all of which are associated with ‘Culture’, and on the other hand, the link between the black ‘races’ and whatever is instinctual – the open expression of emotion and feeling rather than the intellect, a ‘lack’ of ‘civilized refinement’ in sexual and social life, a reliance on custom and ritual, and the lack of developed civil institutions, all of which are linked to “Nature”.

(HALL, 1997, p. 232)

CARNEIRO (2005) também vai investigar a construção de uma razão racializada, mas que nega a humanidade ao negro, por meio de sua categorização como Outro; nesse caso, a autora parte de uma perspectiva hegeliana para a busca construção ontológica do Ser a partir de seu oposto, figura encontrada no Outro racializado, e que a partir da sua negação, ou seja, da demarcação do “que não é”, acaba por definir a Humanidade atribuída ao ser da razão moderna. A autora também encontra na biopolítica foucaultiana uma estratégia de “deixar viver” a branquitude e levar ao abandono o Outro racializado, o negro:

A sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. É imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta, aquilo que o ideário lhe atribui. É preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a idéia possa se naturalizar. A profecia auto-realizadora é imprescindível para a justificação da desigualdade. Nesse sentido, a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil, é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados a saber negros ou afrodescendentes e povos indígenas. (CARNEIRO, 2005, p. 30)

2. O Mapa da Violência

A última edição do Mapa da Violência, pesquisa da Organização das Nações Unidas que constatou que, entre 2003 e 2013, houve a mudança de 1746 vítimas para 1576, representando uma queda de 9,8%, enquanto houve o aumento dos casos contra mulheres negras: 1864 para 2875, ou seja, um aumento de 54% (WAISELFISZ, 2015). Romio (2004) alerta para uma narrativa muito comum na sociedade brasileira sobre a violência de gênero: na imprensa, nos boletins de ocorrência e em outros espaços de denúncia, os casos raramente são analisados sob a ótica das vítimas. Aqueles que viram notícia destacam-se pela particularidade de sua violência, geralmente levada ao extremo. A narrativa sempre está centrada na figura masculina, há uma busca pelas suas motivações para o ato, de modo que este raramente está associado a uma cultura de feminicídio dentro do contexto brasileiro.

Quando as vítimas são mulheres negras, a situação agrava-se, visto que há uma forte condição histórica que já as coloca como ausentes dentro do quadro de sujeitos das narrativas habituais. Gonzalez (1980) investiga como é histórica a narrativa que não coloca a população negra como sujeito, sendo, portanto, infantilizada, visto que “infantil é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na 3ª pessoa, porque falada pelos adultos” (GONZALEZ, p. 235). Ao dar como exemplo o modo como as relações entre brancos e negras escravizadas são abordadas no clássico estudo de Prado (1976), a autora destaca a ausência da descrição sobre mulheres negras:

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos, de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Tratamos sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou sejam, insistem em esquecê-las. (GONZALEZ, 1980, p. 232)

Para Crenshaw (2004), é necessário mudar o lugar da vítima, a mulher negra, nos estudos de violência de gênero, para que haja o combate eficaz ao tipo de agressões que enfrentam. No entanto, a autora apenas enxerga isso por meio do protagonismo da vítima na sua narrativa sobre o crime que a acometeu, ou seja, uma abordagem reconfigurada até o ponto onde as práticas de subordinação interagem com, influenciam e são influenciados por outras formas de subordinação (CRENSHAW, 2004, p. 182).

Mas o ponto-de-partida da nossa pesquisa não é o de total silenciamento da Imprensa. Desde a publicação do Mapa da Violência, encontramos exemplos de reportagens em que há o recorte racial quando a pauta é a violência de gênero. Ao mesmo tempo, o relatório possibilitou que mulheres ativistas e negras passassem a ter um subsídio para a veemência de seus relatos que possuía uma grande repercussão midiática, uma vez que o movimento negro é sempre questionado quanto à credibilidade de suas demandas. O Mapa não foi a primeira publicação que explora o viés racial, mas é a mais recente que ganhou a página de várias reportagens sobre o tema, além da época em que foi divulgado. O nosso ponto-de-partida é o questionamento sobre a pouca esporadicidade em que ocorre esse recorte pela Imprensa, e das discrepâncias das narrativas que encontramos entre o relato de violências cometidas contra mulheres brancas e aquelas cometidas contra a população negra feminina. Sob esse aspecto, nossa iniciativa não é recente; podemos mencionar dois esforços de pesquisa que procuram denunciar as falhas da Imprensa quanto à abordagem da violência de gênero e de questões raciais.

A primeira delas é um trabalho realizado pela agência especializada em questões de gênero e sua cobertura midiática, a Agência Patrícia Galvão. Houve a criação de um banco de dados sobre a pauta da violência de gênero dentro da Imprensa e apontamentos de como ela deve ser desenvolvida. Na seção “Violência e Racismo”, a agência trabalha com alguns aspectos que condizem com as preocupações que nortearam o início da nossa pesquisa. Em primeiro lugar, ao justificar a abordagem do racismo em pautas de gênero, o dossiê da Agência apresenta alguns dados como subsídio para justificar a pertinência desse recorte⁷:

- 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são negras. Fonte: Balanço do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/2015

- 53,6% das vítimas de mortalidade materna são negras. Fonte: SIM/Ministério da Saúde/2015

- 65,9% das vítimas de violência obstétrica. Fonte: Cadernos de Saúde Pública 30/2014/Fiocruz

- 68,8% das mulheres mortas por agressão. Fonte: Diagnóstico dos homicídios no Brasil (Ministério da Justiça/2015)

⁷ Dados reunidos pelo Dossiê sobre Violência da Agência Patrícia Galvão: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-e-racismo/>. Acesso em 11 de maio de 2018. Houve a verificação de todos esses dados pela pesquisadora.

- Mulheres negras possuem Duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas. Taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre brancas e 7,2 entre negras (Diagnóstico dos homicídios no Brasil. Ministério da Justiça/2015)

- Entre 2003 e 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%. Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso, OPAS-OMS, ONU Mulheres, SPM/2015)

No mesmo dossiê, há recomendações sobre como a Imprensa deve proceder com casos de violência de gênero em geral. A especificidade das vítimas negras é encontrada no Guia coordenado por Basthi (2011), que entre outras coisas, busca combater o estereótipo quando a pauta está relacionada a vítimas mulheres. Como selecionar notícias adotando uma atitude de respeito e combate a estereótipos? O guia explica que

A resposta começa com a escolha consciente da perspectiva de gênero com o recorte de raça e etnia em cada conteúdo jornalístico (texto, sonora e imagem). Começa com o compromisso ético profissional de combate à relação desigual de poder entre as mulheres e os homens e de subordinação das mulheres. Começa com a mudança do padrão nas narrativas e nas imagens escolhidas para a transmissão da equidade de gênero na mídia, nas quais as mulheres negras e indígenas passam também a ganhar destaque. Começa com o reconhecimento de pautas, coberturas e análises sobre problemas específicos que afetam esses grupos. Começa quando jornalistas passam a respeitar as mulheres negras e indígenas como fontes qualificadas para ilustrar qualquer tipo de reportagem. Começa quando profissionais da imprensa assumem o propósito de visibilizá-las positivamente por meio de textos, sonoras e imagens na mídia. Começa na medida em que um noticiário plural, promotor da cidadania, da igualdade e da justiça e demarcado pela diversidade de gênero, raça e etnia passa a ser uma meta diária de toda a equipe de Jornalismo. (BASTHI, 2011, p. 37)

No entanto, é importante ressaltar novamente, nossa pesquisa não possui um viés apenas ou que observa a Imprensa sob uma perspectiva frankfurtiana, enxergando nela apenas um viés manipulador ou qualquer crítica comumente utilizada para apontar as ligações diretas entre oligopólios de poder e agendamento. Não negamos a presença de tramas que estão além dos critérios de noticiabilidade; Sodré (1999), por exemplo, também aponta um segmento da imprensa que procurava incorporar-se aos padrões eurocêntricos da época para ganhar legitimidade, e garantir a inclusão do negro que não era propiciada pelos principais veículos da época ou pelo próprio sistema político e econômico pós-abolicionista:

os textos, de feito rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito racial; incitam à educação como recurso de ascensão social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predominam a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de responsabilidade e equiparação aos padrões brancos. (SODRÉ, 1999, p. 239)

Mas reconhecemos que, graças à presença de um atitude “vigilante” da sociedade civil a respeito da cobertura midiática de temas de cunho social, começamos a perceber mudanças na representação de pautas relacionadas ao racismo. Ao mesmo tempo, a ascensão do Jornalismo Guiado por Dados faz com que haja uma ânsia, cada vez maior, de buscar pelos dados correlações e histórias que, antes, não seriam observadas com a mesma facilidade. A nossa pesquisa parte desse pressuposto, uma vez que queremos saber em que medida a presença dos dados reproduz ou combate silenciamentos sobre a pauta racial e, quando a mesma está presente, de que forma ela é trabalhada como respaldo para a análise dos aspectos sistêmicos que poderiam explicar a presença daqueles dados.

The Grounded Theory

A Teoria Fundamentada, ou The Grounded Theory, é conhecida por ser um processo indutivo, pelo qual há a emergência de teorias substantivas a partir dos dados. Pela metodologia, aplica-se uma série de etapas que se retroalimentam em constantes revisões analíticas, com a formação de categorias que contribuem para o encontro do conjunto teórico a partir da emergência dos dados. No entanto, há várias perspectivas para a Teoria Fundamentada, a partir da própria cisão entre seus autores originais, Glaser e Strauss. Enquanto o primeiro se manteve fiel a uma metodologia fechada, que estrutura todos os seus resultados a partir das informações contidas nos dados, encontramos em Strauss uma abertura maior ao conhecimento prévio do autor, a partir do qual houve o que Leite (2016) denomina como escola construtivista da metodologia. A partir de Bryant e Charnaz (2007), Leite (2016) chega a um dos questionamentos tido como mais controversos acerca das definições da The Grounded Theory: seria uma aplicação metodológica para uma teoria que emerge a partir dos dados ou do caminho metodológico adotado, em que a construção dos dados poderia estar sob uma lógica dedutiva? O autor encontra um consenso -teórico de que o termo

Grounded Theory deve ser reconhecido como metodologia de pesquisa qualitativa, ou seja, metodologia Grounded Theory (MGT), e como resultado de sua aplicação espera-se obter a construção de uma Grounded Theory (GT) acerca de um determinado processo social ou psicossocial.
(LEITE, 2015, p. 78)

The Grounded Theory tomou várias proporções distintas. A maior cisão teórica já ocorre a parte de Glaser e Strauss, uma vez em que o primeiro se manteve fiel aos elementos fundantes da metodologia, mas Strauss adotou uma posição corroborativa do método, utilizado para verificar em que medida a microanálise a partir dos dados era consoante aos caminhos teóricos previamente assimilados. A partir disso, encontramos uma perspectiva considerada mais flexível da teoria, e que encontra no trabalho desenvolvido por Strauss em conjunto com Corbin (2008) uma proposta construtivista, que também é adotada por Bryant e Charmaz (2007). Além da lógica e das interações com conceitos teóricos anteriores, Charmaz também adota uma perspectiva de abdução, conforme Leite explica:

Segundo Charmaz, o processo do pensamento indutivo ao abdução segue a seguinte orientação, que deve ser observada com flexibilidade e considerar sempre os participantes da pesquisa. Primeiro, inicia-se a investigação com um raciocínio indutivo, partindo para um movimento comparativo entre os dados fornecidos pelos participantes informantes (p. ex., homem x mulher; brancos x negros; solteiros x casados; diferenças etárias, etc.); posteriormente, deve ser considerada uma ação iterativa, isto é, deve-se produzir um exercício que viabilize o movimento de ir e vir aos dados coletados e às fontes, seguindo assim para um proceder iterativo que possibilite a análise dos dados construídos em direção às respostas à questão definida para a investigação. Em consequência, busca-se a manifestação do movimento abdução
(LEITE, 2016, p. 80)

A codificação aberta é a primeira etapa de agrupamento de conceitos encontrados nos dados. Por ela, é possível estabelecer parâmetros de codificação mais específicos, e dos quais será possível encontrar os primeiros norteadores teóricos emergentes a partir dos dados. A partir dela, ocorrem processos sistemáticos de codificação axial, em que há a filtragem das primeiras categorias encontradas e o caminho para o estabelecimento dos conceitos que vão formar a teoria final que emerge dos dados.

Para o presente trabalho, houve a busca por parâmetros de legitimidade do discurso de combate à violência de gênero com recorte de gênero a partir de estatísticas que reiteravam situações de agravo quando as vítimas são mulheres negras. Para isso,

houve a análise do Mapa da Violência, relatório realizado com o apoio da Organização das Nações Unidas. A fim de compreender de que forma a apropriação encontrada dos dados no Mapa também estava ao encontro da perspectiva do Jornalismo Guiado por Dados, houve a busca e categorização de conceitos ligados à objetividade e datificação estabelecidos pelo Manual de Jornalismo de Dados. É a primeira publicação sobre o tema traduzida para o português⁸. A edição brasileira está disponível online e de forma gratuita, mas também pode ser adquirida em papel impresso por meio do próprio site que disponibiliza a versão online. Comparada à versão original, essa edição também contém algumas informações sobre a realidade da imprensa brasileira a respeito de práticas noticiosas e guiadas por dados; há exemplos de algumas reportagens veiculadas em jornais e sites brasileiros e algumas informações sobre o contexto, no Brasil, da prática jornalística guiada por dados.

A teoria que emerge dos dados

Gutierrez (2017) enxerga as possibilidades do Data Activism como ferramenta para denúncia de perdas de direitos de movimentos sociais, utilizada de diversas formas por atores sociais distintos. A datificação de demandas sociais não ocorre apenas a partir de seu uso por movimentos sociais ou por organizações da sociedade civil (principalmente do Terceiro Setor), mas também por modelos de imprensa que buscam novas narrativas em que há a preocupação de pautar demandas sociais que, muitas vezes, ainda estão na contramão de interesses hegemônicos. A autora destaca a forma como o uso de dados é visto como uma ferramenta cidadã e cuja apropriação é necessária como monitoramento do poder público:

Reactive data activism relates to ‘resistance to the threats to civil and human rights’ that stem from corporate and government surveillance (Milan and Gutiérrez 2015, 122). Advancing from a marginal to a dispersed phenomenon, this process happened as data technologies became more accessible and skills were transferred from the elitist hacker to the common user. Data activism evolved into a less antagonistic movement in the same way as some black hats became white hats, or hackers with a cause (Gorenstein-Massa 2013, 63).
(GUTIÉRREZ, 2017, p. 50)

No Mapa da Violência, encontramos o uso do Data Activism a partir do momento em que boa parte do relatório foi elaborado sobre a coleta de dados públicos sobre a

⁸ “Lançado o Manual de Jornalismo de Dados em português”. Disponível em: <https://br.okfn.org/2014/01/31/lancado-o-manual-de-jornalismo-de-dados-em-portugues/>. Acessado em 10 de abril de 2018.

violência contra a mulher, mas com um recorte racial uma vez que as estatísticas mostraram a diferença já mencionada aqui. Um fato que chamou a atenção foi a preocupação em estabelecer o uso de dados como um “subsídio” para abordar o recorte racial na violência. Aqui selecionamos um exemplo:

não pretendemos, com nossos Mapas da Violência, fazer um diagnóstico da violência no País. Nossa intenção é subsidiar uma discussão necessária, imprescindível, por parte da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, dos movimentos sociais, das organizações de direitos humanos, dos operadores da lei, sob a única premissa de que o direito à vida é um bem fundamental, sem o qual nenhum outro direito é possível. Preservá-lo é nossa obrigação.
(WAISELFISZ, 2015, p. 06)

O mapa não é um documento de diagnóstico significa que não foi elaborado com a intenção de ser a última palavra sobre o tema. É um documento para debate entre vários núcleos da sociedade, ou seja, é um documento de comunicação, debate entre a opinião pública. Ideia de agendamento, de arquivo que possui informações relevantes para a sociedade e que, portanto, contém uma proposta de autoagendar-se. Subsidiar, aqui, é no sentido de validar ou sustentar um tema que, sob a perspectiva do autor, interessa à sociedade. Subsidiar é uma estratégia de alcance ou de imposição do tema de interesse do autor e dos órgãos responsáveis pela elaboração do Mapa.

Também encontramos a ideia de dados como subsídio para algumas narrativas a partir como o Manual de Jornalismo de Dados trabalha com a questão cidadã, que aqui leva a denominação de “fatos específicos”. O que chama a atenção, no entanto, é a reivindicação do Manual ao jornalismo enquanto uma fonte necessária para democratizar direitos, na sociedade civil, uma vez que,

Ao permitir que cada um mergulhe com atenção nas fontes de dados e descubra informação relevante para si mesmo, ao mesmo tempo que checa afirmações e desafia suposições comumente aceitas, o jornalismo de dados efetivamente representa a democratização de recursos, ferramentas, técnicas e métodos antes restritos aos especialistas; seja repórteres investigativos, cientistas sociais, estatísticos, analistas ou outros especialistas. Ao mesmo tempo em que citar e oferecer links para as fontes de dados é característica do jornalismo de dados, estamos caminhando para um mundo em que os dados estão perfeitamente integrados ao tecido da mídia. Jornalistas de dados têm papel importante ao ajudar a diminuir as barreiras para compreensão e imersão nos dados, e aumentar a alfabetização de dados dos seus leitores em grande escala.
(Manual de Jornalismo de Dados, 2014)

Sodré (2009) parte de uma concepção positivista para distinguir os mecanismos distintos ligados ao discurso jornalístico. Além de encontrar três categorias diversas (fatos, acontecimentos e notícias), o autor também observa um paralelo entre o processo de produção da notícia para o método científico e positivista do pensamento moderno: a informação parte de eventos, circunstâncias menores, até chegar no cenário complexo e intrincado de sentidos, que é o da notícia. O autor também vai estruturar sua crítica a partir de uma perspectiva kantiana, a partir da qual vai categorizar fato como algo que pode ser provado pela razão e por uma perspectiva dos fatos. Já o acontecimento já é o fato inserido no contexto social da produção da notícia, estruturado a partir de códigos discursivos como o enquadramento e os critérios de noticiabilidade. Mas nos tempos da Internet, o acontecimento já não pode mais ser moldado apenas pelo viés industrial da notícia, da forma como ela foi estabelecida no início do século XIX. Com a internet, o que era considerado receptor da notícia, o público, também pode produzi-la ou, ao menos, pautar o que vai ser considerado acontecimento noticioso, como é o caso do ativismo e da violência de gênero. No entanto, ao se referenciar como ponto de partida para o letramento da sociedade quanto ao uso ativista dos dados, o Manual do Jornalismo de Dados ainda dá vazão ao processo de acontecimento de Sodré, em que a notícia é “algo a ser notado ou sinalizado como marca factual de um instante particular”(Sodré, 2009, p. 90).

Logo, chegamos ao seguinte ciclo em que a datificação da cidadania é uma negociação entre o esforço da sociedade civil para pautar demandas sociais e anteriormente excluídas pela mídia, e pelo reconhecimento do Jornalismo Guiado por dados para pautá-la, mas sem perder o seu status quo como marcador dos acontecimentos na sociedade. É um caminho que encontramos para estudar a negociação midiática de dados ativistas, categoria teórica que emerge dos dados para uma interpretação que reconheça a imersão do Open data como ferramenta cidadã e a serviço de demandas de movimentos sociais, mas negociada para ser representada como acontecimento noticioso, e manter a objetividade da Imprensa como marco de legitimidade da informação ou do conhecimento social.

Conclusão

O Mapa da Violência é um exemplo de Data Activism, na medida em que encontram nos dados um caminho para legitimar pautas há décadas defendidas por movimentos sociais, em especial o movimento feminista negro. A presente pesquisa contém todas as etapas da Teoria Fundamentada e termina com uma proposta de esboço teórico sobre a trajetória do que chamamos de dados ativistas enquanto acontecimento: as categorias retiradas a partir do Mapa da Violência, comparadas com a presença da objetividade e de outros padrões clássicos de notícia ainda contemplados pelo Manual de Jornalismo de Dados mostram que o engajamento e a transformação do Data Activism em pauta no mas media são resultados de negociações em que o dado é uma nova representação para legitimar uma neutralidade do processo noticioso que, se antes contribuiu, de muitas formas, para estabelecer não-lugares à população negra enquanto população também detentora de direitos, é agora mais disputado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil para que dê visibilidade a grupos outrora marginalizados.

Houve a possibilidade de pensar na ampliação teórica da proposta feita a partir das análises desse trabalho, mas dessa vez com a aplicação e revisão sistemática das categorias, aqui encontradas, por meio do estudo da publicação de reportagens jornalísticas sobre violência de gênero e a comparação com as informações de artigos, muitos dos quais de cunho opinativo, de ativistas negras que realizam publicações embasadas por dados, mas por uma narrativa que referencia informações de cunho histórico e social e por vezes desconhecida ou ignorada pela Imprensa. Tal pesquisa foi objeto da dissertação de mestrado da qual se originou esse artigo, e que também deixou alguns questionamentos, como a dificuldade em abordar outras instâncias em que há violências contra as mulheres negras, dessa vez com a motivação racial antes da questão do gênero. As publicações realizadas utilizam dados ligados à violência de gênero acometida no âmbito familiar, mas restam questões de como mensurar, e utilizar os dados como subsídio, para discutir os recortes de gênero e raça em situações de violência cometidas pelo Estado, destacando-se, como exemplo, a violência policial e o racismo institucional na área da Saúde e que acarreta em situações de violência obstétrica.

Ao mesmo tempo, os dados divulgados no último exemplo e nas publicações investigadas para o presente artigo foram reunidos por grupos da sociedade civil que, apesar de ligados ao movimento negro em ações conjuntas, não representam o ativismo online de mulheres negras que, muitas vezes, não estão veiculadas a essas instituições, o

que instiga uma possível pesquisa futura sobre o manejo de dados públicos por atores sociais envolvidos com o ativismo, especialmente pela internet.

E de que forma é possível pensar em estratégias de letramento para a produção de estudos originais em que haja o cruzamento entre dados, gênero e raça, mesmo que para isso sejam necessários esforços especiais em situações em que a Open Data divulgada pelo poder público não contempla o recorte racial.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm. Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, ano 10, v. 172, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> . Acesso em 16 de abril de 2016.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/12/RACISMO-E-SEXISMO-NA-CULTURA-BRASILEIRA.pdf> . Acesso em 20 de abril de 2016.
- GUTIERREZ, M.. Proactive Data Activism. In: Data Activism and Social Change. Palgrave Studies in Communication for Social Change. Palgrave Pivot, Cham, 2018.
- _____ ; MILAN, Stefania. Technopolitics in Age of Big Data: The Rise of Proactive Data Activism in Latin America. In CABALLERO, F. Sierra; GRAVANTE Tommaso. Networks, Movements & Technopolitics in Latin America: Critical Analysis and Current Challenges. Palgrave Macmillan, Cham, 2018.
- HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, S. (Org.). Representation, Cultural Representation and Signifying Practices. London, Sage/Open University, 1997.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2017.
- MALI, Tiago(org.). Manual do Jornalismo de Dados. Disponível em: http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_0.html. Acesso em 01 de março de 2018.
- SODRÉ, Muniz. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 287 p, 2009.
- _____ Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999
- WASELFISZ, Julio. Mapa da Violência. Organização das Nações Unidas. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf . Acessado em 10 de abril de 2016.